

**ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
C.N.P.J. - 15.809.346/0001-02

Balanços Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Contas a receber de clientes	6	54.136.482	54.041.568	Fornecedores	11	13.875	-
Estoques	7	238.857	346.931	Obrigações sociais e trabalhistas	12	523.515	520.694
Adiantamentos	8	67.128	64.288	Obrigações fiscais	13	24.695.043	22.944.302
		<u>54.442.467</u>	<u>54.452.787</u>	Adiantamentos de clientes	14	103.361.030	103.361.030
Não circulante						<u>128.593.464</u>	<u>126.826.026</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	21.542	21.542	Obrigações fiscais	13	13.206.348	13.001.342
Partes relacionadas	9	125.366.535	124.808.666	Passivos em recuperação judicial	15	239.038	275.615
Investimentos	10	1.902	1.902	Partes relacionadas	9	42.862.956	42.661.810
Imobilizado		<u>36.877.939</u>	<u>36.877.939</u>	Provisão para contingências	16	6.104.987	6.104.987
		<u>162.267.918</u>	<u>161.710.048</u>			<u>62.413.330</u>	<u>62.043.754</u>
				Patrimônio Líquido	17		
				Capital social		42.150.258	42.150.258
				Reservas de Capital		1.699.588	1.699.588
				Prejuízos acumulados		<u>(18.146.256)</u>	<u>(16.556.791)</u>
						25.703.590	27.293.055
Total do Ativo		<u>216.710.384</u>	<u>216.162.835</u>	Total do Passivo		<u>216.710.384</u>	<u>216.162.835</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

C.N.P.J. - 15.809.346/0001-02

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	95.258	306.133
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	19	(163.707)	(4.538)
Resultado bruto		<u>(68.449)</u>	<u>301.595</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	19	(354.959)	(7.606.071)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>750.056</u>	<u>235.086</u>
		395.097	(7.370.985)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>326.649</u>	<u>(7.069.390)</u>
Receitas (despesas) financeiras	20		
Receitas financeiras		143.507	43.855.303
Despesas financeiras		<u>(2.689.380)</u>	<u>(1.146.263)</u>
		(2.545.873)	42.709.040
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(2.219.224)</u>	<u>35.639.650</u>
Número de quotas ao final do exercício	17(a)	<u>42.150.258</u>	<u>42.150.258</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por quota		<u>(0,05)</u>	<u>0,85</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
C.N.P.J. - 15.809.346/0001-02

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024		42.150.258	1.699.588	(28.470.429)	15.379.417
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa		-	-	16.698.549	16.698.549
Ajustes de exercícios anteriores	17(c)	-	-	(40.424.561)	(40.424.561)
Resultado líquido do exercício		-	-	35.639.650	35.639.650
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		42.150.258	1.699.588	(16.556.791)	27.293.055
Ajustes de exercícios anteriores	17(c)	-	-	629.760	629.760
Resultado líquido do exercício		-	-	(2.219.224)	(2.219.224)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>42.150.258</u>	<u>1.699.588</u>	<u>(18.146.256)</u>	<u>25.703.590</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

C.N.P.J. - 15.809.346/0001-02

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	(2.219.224)	35.639.650
Ajustes por:		
Depreciação do imobilizado	-	1.205.536
Ajustes de exercícios anteriores	629.760	(20.101.808)
Resultado do exercício - ajustado	<u>(1.589.464)</u>	<u>16.743.378</u>
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	(94.914)	(5.315.904)
Estoques	108.073	12.062.753
Adiantamentos	(2.840)	7.594.243
Depósitos judiciais	-	771.065
Fornecedores	13.875	(1.756.038)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.821	(6.279.935)
Obrigações fiscais	1.955.748	18.468.937
Adiantamentos de clientes	-	26.892.870
Outras contas a pagar	-	(2.202.525)
Parcelamentos tributários	-	(4.518.649)
Provisão para Contingências	-	6.104.987
Passivos em recuperação judicial	<u>(36.577)</u>	<u>120.077</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	356.722	68.685.259
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	<u>(356.722)</u>	<u>(68.685.259)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(356.722)	(68.685.259)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A **Itaiguara Transportes Ltda – Em Recuperação Judicial**, (“**Empresa**”), que faz parte do “**Grupo João Santos – GJS**”, é uma sociedade empresária limitada e que tem como objeto social : I) Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia e II) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; A sociedade possui sede na Alameda Cosme Ferreira, no município de Manaus, no Estado do Amazonas.

A Diretoria da Empresa autorizou a conclusão da apresentação dessas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026.

(b) Reestruturação

Após realização da Assembleia Geral Ordinária – AGO, que ocorreu em 15 dezembro de 2022, foi determinada a destituição da antiga Diretoria e a subsequente eleição de novos administradores.

Com a assunção da nova Administração, devido à situação financeira da Empresa, foi deferido em 23 de dezembro de 2022, o pedido de Recuperação Judicial da **Itaiguara Transportes Ltda.**, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos**, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos. A recuperação judicial, conforme Lei citada acima, visa sanear a Empresa, que se encontra em crise financeira, para propiciar a sua continuidade, obrigando, em princípio, todos credores anteriores ao ajuizamento desse pedido, e visando mais os fins sociais e econômicos do que os interesses patrimoniais da **Itaiguara Transportes Ltda.**

O referido deferimento foi publicado no Diário de Justiça do Estado de Pernambuco em 23 de dezembro de 2022. Os saldos reclamados por terceiros, atualizados em 2025, estão apresentados na Nota Explicativa nº 15.

Como um dos marcos fundamentais dos últimos anos, em 5 de novembro de 2024, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela maioria dos credores, evidenciando o reconhecimento, por parte do mercado, da viabilidade econômica e da consistência das medidas propostas pelo Grupo. A homologação judicial do plano e a consequente concessão da Recuperação Judicial ocorreram em 7 de fevereiro de 2025, consolidando o processo e permitindo o início efetivo dos pagamentos aos credores, já em curso.

Ao longo de 2025, o Grupo promoveu avanços estruturais relevantes no âmbito de sua Recuperação Judicial, com destaque para a atualização e consolidação da lista de credores, refletindo na transparência necessária referente ao passivo sujeito ao processo. Em paralelo, houve evolução consistente no cumprimento das obrigações sobre o PRJ, com pagamentos de aproximadamente R\$ 69,1 milhões, contemplando as Classes I, III e IV e beneficiando 2.909 credores.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

No mesmo período, foi intensificado o processo de mediação com credores, sustentado, em grande medida, pela recomposição de caixa decorrente da reintegração de depósitos recursais. Essa estratégia contribuiu diretamente para a construção de um ambiente evolutivo, favorecendo a adesão ao plano.

Para 2026, o Grupo estabelece continuidade do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Nesse sentido, um plano estruturado de liquidação de ativos não estratégicos, com foco na maximização de valor, aliado à reestruturação operacional e ao desenvolvimento de novas unidades de negócio mais eficientes, rentáveis e alinhadas às diretrizes de longo prazo. A combinação dessas iniciativas reforça o compromisso do Grupo e sua atual administração com a sustentabilidade financeira, a recomposição de valor para seus credores e a retomada consistente de sua capacidade de crescimento, posicionando a companhia de forma mais sólida e competitiva para os próximos ciclos.

(c) Transação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”)

O Grupo João Santos, do qual a Itaguatinga Agro Industrial S/A. faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o Grupo João Santos chegaram a termos da transação que implicam na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos

c.1) Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, diversas empresas do Grupo João Santos realizaram, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023.

O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de R\$ 261.409.007,20, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos e utilização de créditos fiscais, incluindo prejuízos fiscais acumulados, no montante de R\$ 218.504.150,74, resultando em R\$ 42.904.856,46.

A medida está alinhada à estratégia de otimização do passivo tributário do Grupo João Santos, contribuindo para a melhoria de sua estrutura de capital e para o fortalecimento de sua previsibilidade financeira no médio e longo prazo.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, as contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2025.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.3. Estoque

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.4. Investimentos

Participações societárias avaliadas pelo método de custo

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.

2.7. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (cível, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.8. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Empresa utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.10. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para perdas de créditos esperadas

A Empresa efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Empresa realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Empresa.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Empresa.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Empresa reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para causas judiciais

A Empresa discute questões cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Empresa, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos sócios ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Contas a receber	54.158.023	54.063.110
Adiantamentos	67.128	64.288
Partes relacionadas	<u>125.366.535</u>	<u>124.808.666</u>
	<u>179.591.686</u>	<u>178.936.064</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	13.875	-
Passivos em recuperação judicial	239.038	275.615
Adiantamentos de clientes	103.361.030	103.361.030
Partes relacionadas	<u>42.862.956</u>	<u>42.661.810</u>
	<u>146.476.900</u>	<u>146.298.455</u>

6. Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Duplicatas a receber - Terceiros	3.419.118	3.424.204
Duplicatas a receber - Coligadas	<u>54.163.110</u>	<u>54.063.110</u>
	57.582.227	57.487.314
Perdas estimadas com créditos de Liquidação Duvidosa	(3.424.204)	(3.424.204)
	<u>54.158.023</u>	<u>54.063.110</u>
Circulante	54.136.482	54.041.568
Não circulante	21.542	21.542

7. Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Almoxarifado	<u>355.800</u>	<u>464.509</u>
	355.800	464.509
Provisão para perdas sobre estoques	<u>(116.943)</u>	<u>(117.579)</u>
	<u>238.857</u>	<u>346.931</u>

8. Adiantamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos a fornecedores	62.962	60.515
Adiantamentos a funcionários	<u>4.165</u>	<u>3.773</u>
	<u>67.128</u>	<u>64.288</u>

9. Partes relacionadas – Ativo e passivo não circulantes

Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há incidência de atualização monetária nem juros.



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

10. Investimentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outros investimentos	<u>1.902</u>	<u>1.902</u>

11. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	<u>13.875</u>	<u>-</u>

Durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salário a pagar	5.487	5.223
Provisão de férias e encargos sociais	511.331	510.155
INSS a recolher	4.879	3.641
FGTS a recolher	1.273	1.414
Salários/encargos trabalhistas	-	-
Outras obrigações sociais e trabalhistas	<u>545</u>	<u>261</u>
	<u>523.515</u>	<u>520.694</u>

13. Obrigações fiscais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ICMS a pagar	18.951.082	20.448.155
IRRF a pagar	252	252
ISS a pagar	1.625	1.625
PIS a pagar	1.485	4.293
COFINS a pagar	6.840	19.773
IPTU	1.020.848	-
Taxas diversas a pagar	2.238.680	2.470.204
Divida ativa - PREVIDENCIARIO	475.952	153.656
Divida ativa - FGTS	974.266	974.266
Divida ativa - NÃO PREVIDENCIARIO	938.727	364.433
Transação PGFN	<u>13.291.634</u>	<u>11.508.987</u>
	<u>37.901.391</u>	<u>35.945.644</u>
Circulante	24.695.043	22.944.302
Não circulante	13.206.348	13.001.342



.14.

ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

14. Adiantamentos de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos de clientes - Terceiros	320.000	320.000
Adiantamentos de clientes - Coligadas	<u>103.041.030</u>	<u>103.041.030</u>
	<u>103.361.030</u>	<u>103.361.030</u>

15. Passivos em recuperação judicial

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Credores trabalhistas	186.489	223.066
Fornecedores	52.549	52.549
	<u>239.038</u>	<u>275.615</u>

16. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Empresa é parte envolvida em processos de natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Empresa estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributárias	<u>6.104.987</u>	<u>6.104.987</u>

(b) Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Empresa efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Empresa é de R\$ 42.150.258,00, dividido em 42.150.258 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Sócios	2025 e 2024	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Companhia Agro Industrial de Goiana	99,64%	42.000.000
CBE - Cia. Brasileira de Equipamento	0,20%	83.850
Itaipava S/A	0,16%	66.234
João Pereira dos Santos (Espólio)	0,00%	122
Fernando João Pereira dos Santos	0,00%	26
José Bernardino Pereira dos Santos	0,00%	26
	<u>100,00%</u>	<u>42.150.258</u>

(b) Destinação do lucro do exercício

Em caso de lucro será partilhado entre os sócios na mesma proporção das quotas do capital que cada um possui, caso os mesmos sócios não deliberem de forma diferente.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

Referem-se ao efeito líquido da regularização de saldos patrimoniais.

18. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receitas brutas		
Aluguéis	95.258	350.086
Outras receitas	-	-
	<u>95.258</u>	<u>350.086</u>
Deduções		
Tributos sobre vendas	-	(43.953)
	<u>95.258</u>	<u>306.133</u>



ITAIGUARA TRANSPORTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

19. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Energia elétrica	(35.233)	-
Telefone e internet	-	-
Salários e ordenados	(113.509)	(84.016)
13º salário e férias	(25.661)	(14.110)
INSS e FGTS	(36.066)	(14.040)
Impostos e taxas	(136.714)	-
Combustíveis e lubrificantes	(16.648)	-
Material de reposição	(88.663)	-
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(27.234)	(27.073)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(1.205.536)
Provisões para contingências	-	(6.104.987)
Provisões para estoques obsoletos	-	(117.579)
Outros custos e despesas de pessoal	(16.165)	-
Outros custos e despesas	(22.773)	(43.267)
	<u>(518.665)</u>	<u>(7.610.609)</u>
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(163.707)	(4.538)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(354.959)	(7.606.071)
	<u>(518.666)</u>	<u>(7.610.609)</u>

20. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos na transação PGFN (a)	143.507	43.855.303
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre tributos	(2.689.362)	(1.146.263)
Outras despesas financeiras	(18)	-
	<u>(2.689.380)</u>	<u>(1.146.263)</u>
	<u>(2.545.873)</u>	<u>42.709.040</u>

(a) Referem-se aos efeitos decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(c).

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.